

27. FEV. 1988

O drama do ensino privado

ESTADO DE SÃO PAULO

A mudança de posição da diretoria do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, que antes defendia a transformação das mensalidades escolares em OTNs e agora decidiu que os referidos reajustes deverão ser calculados com base na URP, produziu em todos os interessados no problema a sensação de que entre mortos e feridos se salvaram todos. Muito pelo contrário, porém. Há uma vítima, um paciente em estado desesperador, que não recebeu nenhum alento com esta mudança: o ensino privado brasileiro.

Antes de qualquer consideração sobre os diversos aspectos do tema, é necessário acentuar que a pluralidade de opções educacionais é um dos pilares básicos da democracia; não existe liberdade real quando os pais não podem decidir que tipo de ensino pretendem dar a seus filhos. E esta pluralidade é garantida essencialmente pela existência do ensino privado. É sempre bom lembrar que centenas de milhares de franceses esqueceram as diferenças ideológicas e foram às ruas para protestar quando um ministro socialista tentou estrangular economicamente uma parte do ensino privado: o católico. O que estava em jogo era o direito inalienável de educar *na diferença*, independentemente da vontade do Estado. Essa é a primeira e essencial razão por que o ensino privado precisa existir e ser de boa qualidade. Ora, voltando ao

Brasil, a tudo permanecer como está, mantendo-se a falta de projeto pedagógico na maioria das escolas e a irresponsabilidade das decisões do governo no tocante ao custeio do ensino privado, ao lado do avassalador aumento dos custos gerado pela inflação, sem dúvida alguma a sobrevivência da iniciativa particular na educação corre riscos.

Não será preciso insistir em que a educação não é mercadoria que se negocia em balcão, a quilo. Por isso é obrigatório distinguir entre os que se envolvem com educação porque simplesmente visam a lucros e os que desejam ressarcir custos de um projeto pedagógico, que é também um empreendimento. Os primeiros estão desmoralizando o ensino privado, ao considerá-lo apenas como investimento de rentabilidade imediata. É verdade que já vai longe o tempo em que a rentabilidade do capital investido era pensada a longo prazo, em que juros médios de 7% ao ano eram tidos como uma excelente remuneração. Hoje se planeja para uma lucratividade inflacionada, num prazo curto. Esta mentalidade imposta pela inflação não pode vigorar quando a razão do empreendimento é educação; na verdade, produtividade pedagógica não se mede pelos mesmos índices do mercado financeiro.

A decadência do ensino público, que, entre outros fatores, teve no inimaginável crescimento da popu-

lação um de seus motivos, empurrou amplos setores da classe média — que queriam uma escola eficiente — para a rede privada. Quando a crise econômica chegou, no fim dos anos 70, esta mesma classe média conheceu o *impasse*: voltar para a rede pública hoje é condenar o filho a um ostracismo de oportunidades; mantê-lo na escola paga passou a ser um sacrifício brutal para o orçamento doméstico. Quando os pais foram ameaçados pela *oteenização*, o que há anos era *impasse* virou desespero.

O efeito perverso da conjunção da mentalidade meramente econômica e índice inflacionário com produtividade pedagógica e criatividade educacional não poderia ser mais dramático para a educação. Desde que o governo passou a controlar as mensalidades, as escolas particulares conheceram crise, que destruiu todas — boas e más. Uma das consequências das mensalidades terem sido *cripadas* foi a redução dos salários dos professores em muitas escolas, senão na maioria delas. O problema *custo* levou muitos estabelecimentos a perderem a consideração profissional com o docente. Uma escola superior, por exemplo, atendeu a um pedido de seus mestres por um telefone de forma até agora inédita: conseguiu junto à Telsp a instalação de um "orelhão" na sala dos professores! Justificou seu ato em uma única palavra: *custos*.

Seria o caso de falar-se em ga-

nância; tendo-se em vista a política praticada nos últimos anos pelo governo de *cripar* as mensalidades, mantendo a rentabilidade abaixo de qualquer índice razoável? A política salarial do governo, especialmente no caso dos professores, completou o quadro de crise. O resultado de todo este efeito perverso é que em sua maioria o ensino privado caminhou no sentido do ensino público, isto é, da crise.

É neste processo de decadência que se deve ver a pretensão de *oteenizar* as mensalidades; mesmo com as matrículas já feitas. A situação ganhou contornos preocupantes, porque pais ou alunos de curso superior, nesta altura do ano letivo, não poderiam reconsiderar as matrículas feitas nem mesmo para as escolas públicas, que haviam encerrado seus períodos regulamentares de matrícula. O pior em todo este drama é que muitos pais começaram a relacionar o salário dos professores com o valor da mensalidade, transformando a educação em um "vale quanto pesa". Talvez a única forma de recuperar a potencialidade pedagógica da rede de ensino privada seja a extinção do critério único de aumento das mensalidades. Sem dúvida, as boas instituições de ensino encontrarão formas compatíveis de reajuste de suas mensalidades tanto com o real custo de vida como com as possibilidades do poder aquisitivo dos pais. Esta é a única saída!